

SEMINÁRIO FESPSP

“Cidades Conectadas: os desafios sociais na era das redes”

17 a 20 de Outubro

GT6 Estéticas, políticas e experiências coletivas nas bordas da metrópole

AUTORA: Gabriela Acerbi Pereira¹ (PUC-SP)

TÍTULO: Programa Minha Casa Minha Vida: corpo, moradia e a produção de subjetividades na gestão do habitar.

RESUMO:

Interesse central na produção de subjetividades no campo das políticas sociais de habitação popular, com foco nas experiências das beneficiárias e beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (*faixa 1*). De modo específico, busca-se compreender as relações estabelecidas entre sujeitos e a política habitacional social, considerando subjetividades enquanto produzidas por instâncias individuais, coletivas e institucionais nessas novas reconfigurações espaciais que atravessam estruturas físicas, políticas e afetivas dos moradores beneficiados. Nesse sentido, questões da corporalidade, noção de subjetividade, práticas na/sobre a casa e cuidados de si associam-se às discussões sobre resistência e direito, numa tentativa de acompanhar, com o esforço do trabalho etnográfico, desdobramentos e associações entre modos de vida, produção de subjetividade e propostas da política pública da questão urbana contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Minha Casa Minha Vida; subjetividade; habitação; corpo, política pública

¹ Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela UFSC, Mestranda em Ciências Sociais pela PUC-SP. Email: gabiacerbi@gmail.com

TRABALHO COMPLETO (*versão parcial*):

Introdução: experiência, espaço e corpo vivido

Para esse breve artigo, ofereço um percurso em aberto, localizado entre as expectativas de um trabalho de campo porvir, que toma como ponto de partida a questão da gestão de moradias nos condomínios populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV²) - *faixa 1*, considerando as transformações da administração urbana na vida de seus ocupantes e as relações traçadas entre habitação, política e modos de subjetivação.

Tendo em vista entrelaçamentos entre construção de noções de sujeito, corporalidade e relações com a casa e espaço vivido, as intenções desse projeto caminham no sentido acompanhar experiências acerca dos *territórios*, sejam eles individuais, compartilhados, íntimos, estruturais, existenciais ou políticos, considerando o cotidiano das beneficiárias e beneficiários do programa em suas expressões minoritárias. Interroga-se sobre associações entre os modos de habitação, a noção de casa própria e as relações éticas da cultura de si, num plano para além das práticas institucionais, mas centrado nas relações consigo (FOUCAULT, 2006) e o campo das singularizações possíveis.

Nesse sentido, a afetividade (GOLDMAN, 2008) e a noção de experiência (SCOTT, 1999) deságuam no trabalho etnográfico enquanto possibilidades sensíveis, o impulsionando epistemologicamente, de modo a torcer lugares, conceitos, posturas e proposições na associação *Sujeito e Estado* e também naquilo que estamos nomeando conhecimento e plano de saberes articulados. Via construções relacionais, a intenção é pensar a pesquisa a partir do campo da experiência, da reversibilidade e das possibilidades da invenção (WAGNER, ANO), numa negociação que vislumbra algum passo ou resquício em direção a esse lugar onde os olhares se equivalem e as capacidades inventivas se articulam mutuamente, e que posiciona o trabalho de campo enquanto expressão de reterritorializações e experimentos para além da esfera representacional.

² <http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html>. Acessado em 09/06/2015.

No caso de etnografias que voltam-se ao Estado, como essa que abarca políticas sociais, incorpora-se as possibilidades do afeto (Deleuze, 1968) e a noção de experiência (Scott, ano) enquanto aberturas para tocar nas margens das práticas institucionais. Uma ambição associada aos sentidos desse Estado na vida das pessoas ou aquilo que escape a sua auto-definição, fixada e vinculada à esfera das narrativas oficiais dos processos de gestão. Uma proposta para pensar o Estado enquanto relação e também a pesquisa e a cidade enquanto relação, na tentativa de algum acesso às políticas públicas via campo dos desejos e da produção de subjetividades, seus artefatos e construções outras, que visibilizam novas formas de narrar, conceituar e nomear as práticas institucionais. Sobre esses espaços vividos, interroga-se quais seriam os fluxos que acompanham os aparelhos de captura dos modos de viver e povoar o mundo (se é que os acompanham) e quais são seus rastros na dinâmica do habitar.

É possível promover outros acessos às políticas sociais e à cidade, tencionando a centralidade do discurso do Estado via outras construções e territórios vividos? É possível rastrear efeitos da governamentalidade no campo dos afetos? De que maneira o PMCMV assedia seus beneficiários, desmembrando antigos espaços de referências e criando outros? O que mais habita essas determinações estruturais do habitar? De que maneira as expressões do PMCMV encaram ética e afetivamente suas beneficiárias e beneficiários? E o movimento inverso? Por quais outras vias podemos chegar as noções do habitar?

São essas algumas das questões que permeiam a pesquisa, um trabalho de campo que será realizado nos *residenciais Parque das Araucárias*³ e *Residencial Novo Horizonte*⁴, localizados na cidade de Poços de Caldas, ao sul de Minas Gerais. Os condomínios escolhidos correspondem aos requisitos da categoria *faixa 1* do programa, onde as famílias recebem de 0 a 3 salários mínimos. Além do valor, nessa categoria, trabalhos de pré e pós ocupação com as equipes técnicas de assistência social são obrigatórios, assim como a

³ <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1858878/parque-das-araucarias>
<http://www.bmengenharria.com.br/obra.php?id=49> Acessado em Maio de 2016.

⁴ http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup_box.asp?codigo=6611137 Acessado em Maio de 2016.

terceirização do síndico e a presença regular (de seis em seis meses) do beneficiário/beneficiária ao *Posto de Saúde da Família* (PSF) que também é vinculado ao programa, sendo construído na região para atender suas demandas e dos moradores. Entregue às famílias beneficiárias em 2011, com um total de 500 apartamentos, os residenciais localizados na zona leste da cidade ocupam uma região periférica e compartilham trajetos, muros e os circuitos institucionais (o PSF e o CEU – Centro de Esportes e Artes Unificado) do bairro *Jardim Itamaraty V* com algumas ocupações ciganas. Nesse cenário, a presença dos condomínios e as ocupações “nômades” compartilham o alto das montanhas, os trajetos de terra que os conectam ao posto de saúde, os percursos do ônibus e as novas configurações da região, que contornam as mudanças recentes e atravessam esses modos de povoamento na cidade.

Gestão do habitar:

Foi pensando na questão do “habitar” que o projeto tomou como ponto de partida a moradia e seus desdobramentos no campo da produção de subjetividades. Ao olhar para as transformações da administração urbana, me perguntei quais seriam as possíveis relações construídas a partir das políticas sociais de habitação, tendo em vista dimensões filosóficas e antropológicas sobre o espaço vivido e as maneiras como ele é habitado. Sobre a constituição desse espaço “doméstico” em cruzamento com as questões da corporalidade e governança, me questionei se as expressões do habitar poderiam trazer possibilidades para pensar modos de existência e formas de vida possíveis, assim como o papel do ambiente denominado *próprio* (sua ausência ou múltiplos formatos existentes) nos processos de subjetivação (KASPER, 2006), por exemplo, nos modos de ocupação geridos pelo Estado. Enquanto uma percepção do ambiente, associada à experiência do corpo no acesso ao mundo (MERLEA-PONTY, 1999), as interrogações da pesquisa associam-se à articulação das emoções e territórios na poética dos espaços (BACHELARD, 1993), considerando principalmente o acesso à casa própria pelo financiamento social e as reconfigurações espaciais, físicas, políticas e afetivas na constituição de formas de vida comunitárias e questões do “viver juntos” (BARTHES, 2013) nas coabitações.

Vinculado à criação do Ministério das Cidades entre 2002/2003 e suas iniciais secretarias voltadas à moradia, saneamento ambiental, mobilidade e demandas municipais e metropolitanas (MARICATO, 2014), o programa foi criado pelo Governo Federal brasileiro em março de 2009, direcionado à solução dos problemas habitacionais nacionais. O PMCMV surgiu defendendo a ampliação das oportunidades de acesso das famílias de baixa renda à casa própria e a redução do déficit habitacional a partir de operações de financiamento habitacional e estratégias de atendimento social de acordo com a renda familiar mensal. Em intensa expansão até o ano de 2014, o governo baseou-se na premissa de que a ampliação do acesso ao financiamento de moradias e infraestrutura proporcionaria emprego, oportunidades de negócios⁵

⁵<<http://www.tcu.gov.br> > Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria. Minha Casa Minha Vida. Brasília, 2013. Acessado em 25/08/2014.

e superação de crises financeiras, o que intensificou a implementação de condomínios populares sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS/FNHIS, do próprio Ministério das Cidades (Midades) e também de agentes operadores como a Caixa Econômica Federal.

Considerando essas reconfigurações, o projeto direciona-se à dinâmica dos condomínios no dia a dia de seus ocupantes, tendo em vista as construções discursivas e não discursivas que circunscrevem as experiências nas habitações. Moradias de interesse social onde a renda familiar mensal familiar é de 0 a 3 salários mínimos e a intervenção institucional ocorre por meio do trabalho técnico-social obrigatório de pré e pós-ocupação⁶. Tendo em vista as propostas ofertadas como “ações corretivas (integração urbana de assentamentos precários); ações de provisão (produção de novas habitações); ações preventivas (questão urbana e fundiária); ações institucionais e normativas (modernização da legislação e capacitação dos gestores e agentes); e ações de integração (política de habitação/política de desenvolvimento urbano)” (BRASIL, 2006), tenho interesse em vivenciar quais seriam as relações estabelecidas entre a produção desses modelos de habitação e a constituição dos sujeitos para quem o programa se direciona. Para além de suas promessas de bem-estar, segurança e qualidade de vida, me interessam outros possíveis desdobramentos cotidianos nas relações que as pessoas possam estabelecer com a casa que passa a ser própria, não só referentes às adequações espaciais e formas de representação oferecidas pelo planejamento público quanto a concepção de *cidadão* e formalizações jurídicas em relação ao direito à moradia. Penso no que poderia (ou não) estar além, entre, imerso ou vazar.

Quem é o sujeito para quem se projeta uma habitação e o que esse *sujeito* projeta e constrói a partir dela são questões que permeiam a pesquisa, assim como interrogações associadas aos modos de ocupação da casa, práticas de si, corpo e construção da noção de pessoa (MAUSS, 2003). Um circuito de discussões que se associa às questões da territorialidade, do fluxo dos acontecimentos e da “restauração da cidade subjetiva” (GUATTARI, 2000

⁶ http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=859:legislacao-geral-pmcmv&catid=94&Itemid=126. Acessado em 09/06/2015.

[1992], p.169), apontadas pelo autor através da temática da diferença, das questões da singularidade e da ressingularização (GUATTARI, 2000) no campo das experiências constituídas dentro e fora da esfera institucional, mas principalmente na cidade. Nesse sentido, é uma tentativa de retomar a questão urbanística tendo em vista os “destinos” que a cidade, a política e a técnica produzem e as transformações no âmbito dos sujeitos e suas dimensões existenciais.

No âmbito das habitações e apropriações do espaço, posso articular as contribuições de Judith Butler para pensar a presença do Estado na esfera da casa e da experiência dos moradores que ao mesmo tempo reivindicam políticas de moradia e são interpelados por estas. Nesse processo, entram em jogo questões de despersonalização, personalização, modos performáticos de habitação, inscrições corporais, singularidades, afetividades e outras estruturas que fazem política a partir das delimitações entre espaço público e privado e que conseqüentemente tencionam o cenário da construção de moradias populares no contexto brasileiro. Nesse sentido, Butler (1997) apresenta uma discussão sobre essas interpelações envolvidas nos modos de subjetivação e assujeitamentos a partir das leis instauradas, avaliando no âmbito da vida psíquica, de que maneira essas exigências jurídicas se colocam no campo das experiências sociais, promovendo condições para que os sujeitos se voltem às leis e correspondam às suas interpelações. Pode-se falar em um retorno à lei que se associa diretamente à necessidade de se garantir uma existência na esfera social e também à incorporação de um desejo institucional e suas demandas à esfera dos desejos individuais.

Si el sujeto sólo puede asegurarse la existencia en términos de la ley, y ésta exige la sujeción para la subjetivación, entonces, de manera perversa, uno/a puede (siempre desde antes) rendirse a la ley con el fin de seguir asegurándose la propia existencia. La rendición ante la ley podría entonces interpretarse como la consecuencia inevitable de una vinculación narcisista a la continuación de la propia existencia. (BUTLER, p. 126, 1997)

De maneira geral, a tentativa é de mapear, etnografar e refletir sobre o que fazem, como enunciam o que fazem e como seus enunciados se constituem na práxis social consolidada (MALUF, 2010, p. 9) nos condomínios de interesse social tendo em vista essas interpelações institucionais. Ainda um projeto anterior ao trabalho de campo, onde imagino itinerários de experiências

que talvez possam dizer não só sobre políticas públicas de habitação, mas também sobre o campo das motivações e resistências (ORTNER, 2006) inerentes e às margens dos limites das formas jurídicas do Estado, quem sabe, avançando sobre novas redefinições do direito, de habitação e da própria noção de cidadania. Uma dimensão (e intenção) expandida ao campo dos desejos imersos nos modos de ocupação, gestão e apropriação da casa e de si.

Na tentativa de contextualizar o processo de racionalização das cidades, em *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*, Sennet (2008) traz algumas reflexões sobre a história da cidade contada através da experiência corporal do povo, tomando o corpo não só como uma referência para entender o passado, mas também suas expressões na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana. Nesse sentido, o autor descreve como ao longo da história ocidental, a carência dos sentidos tornou-se mais notável através de governos e projetos arquitetônicos que estimularam a consolidação de um corpo passivo, neutralizado por regras de locomoção, pela velocidade das cidades urbanas, pelos espaços de passagem, pelo trânsito e por uma série de outras condições físicas que o deslocamento, a segmentação, a dispersão geográfica das cidades e as tecnologias modernas proporcionaram (SENNET, 2008, p.19). Ainda sobre experiências corporais na cidade, Sennet expõe a criação de guetos e o fortalecimento do medo de contato associado à necessidade da purificação e segregação (2008, p.297) enquanto questões vinculadas à imagem sacralizada do corpo na cidade, um lócus de poder e também uma esfera derivada de todas essas vivências específicas de conformação (SENNET, 2008, p.300).

Em *O Respeito*, Sennet (2004) coloca em debate as experiências de habitação em condomínios populares, tendo em vista a construção subjetiva de processos humilhantes associados às desigualdades do sistema da previdência social e às relações estabelecidas com o Estado do Bem-Estar Social (*welfare state*). Em seu trabalho, o autor atenta-se às nuances da vida nos condomínios, numa discussão voltada ao que compõe os objetos de experimentos da inclusão e exclusão social. Sennet (2004) trabalhou a questão da habitação social como instrumento de combate à segregação social, mas

também como ações institucionais que projetaram vidas a partir do estigma e da ausência de respeito. Nesse sentido, destacou o relacionamento “passivo” entre o conjunto habitacional, moradores e sua arquitetura, repensando construção da imagem desses beneficiários da política pública, tendo em vista o lugar a partir de onde eles estabelecem relações. Um lugar definido pelo Estado, que os entende a partir de uma ótica da dependência, onde, enquanto moradores de condomínios sociais, não podem “cuidar de si mesmos” e por isso não têm concedido a mesma noção de “respeito” (SENNET, 2004, p.121), além de territorialmente ocuparem lugares distantes e isolados nas cidades.

Além da projeção de vidas a partir dos estigmas, os processos de inclusão via financiamentos sociais de propriedade privadas podem ser questionados ao interrogarmos a trivialidade das relações estabelecidas entre o consumo da casa e a política pública, que gere dinâmicas de desejo a partir da falta e da aquisição. Nesse processo, encontramos novas figuras de subjetividade, como a imagem do endividado (NEGRI, HARDT, 2016), onde a aquisição de dívidas, no contexto capitalista contemporâneo, coloca-se enquanto condição geral da vida social. Uma rede de segurança social, que passa para um sistema de bem-estar social e posteriormente para um esquema de endividamento, onde os empréstimos compõem o quadro que satisfaz as necessidades sociais (NEGRI, HARDT, 2016, p.22) e você passa a ser controlado pela dívida. É possível pensar sobre os efeitos éticos que a dívida produz, no âmbito do poder moral, da responsabilidade e da culpabilidade, que gere a culpa enquanto forma de vida e controle nessas expressões da *subjetividade endividada* (LAZZARATO, 2011)

Novamente, problematizo a concepção de *casa própria* enquanto lógica de pertencimento gestada pelo Estado, que conecta a obtenção de casa e o consumo à noções de direito, cidadão e concepção do *morar*. A preocupação volta-se ao campo das satisfações pessoais e maneiras pelas quais esses programas podem ou não avançar sentido à normatização da esfera dos desejos e relações íntimas. Atento-me também à dinâmica de policiamento coletivo articulada ao programa, que gere lógicas de vigilância comunitária, obrigatoriedade de diretrizes de convívio (nos condomínios *faixa 1*) e políticas de assujeitamento, atravessando relações de vizinhança, parentesco,

particularizações e singularidades que as relações com a casa podem proporcionar. Penso também nos “apêndices” que acompanham o projeto, como as cartas de créditos do programa Minha Casa Melhor⁷ para compra de eletrodomésticos, mobília e roupas de cama, além de exigências administrativas do síndico terceirizado e das atividades obrigatórias dos projetos técnicos de pré e pós ocupação social.

Territórios íntimos

Fixou o olhar em uma diminuta mancha escura na ponta dos dedos que tesouravam um cigarro. Deu um generoso trago aspirando a fumaça para os pulmões e lentamente a expirou, ainda olhando para os dedos: – Se vai continuar fotografando a minha vida, é preciso saber que eu estava feliz naquele quatinho. Porque, na verdade, eu moro em mim mesmo. Não faz mal que o quarto seja pequeno. É bom, assim tenho menos lugares para perder as minhas coisas. (Mario Quintana em entrevista)

No capítulo “O que pode um corpo”, Deleuze (1968) retoma as reflexões de Espinosa ao pensar as *relações* como inseparáveis do poder de ser afetado (1968, p. 147). Ao questionar, via Espinosa, o que pode um corpo e qual é a sua estrutura, o autor responde ser a estrutura de um corpo a composição de suas relações e o que é permitido a ele, a natureza e os limites de ser afetado. Nesse sentido, afecções associam-se aos estados do corpo e ideias que indicam esse estado, e também as variações do corpo e ideias que envolvem essas variações. Entre essas variações e mudanças que cercam os indivíduos, insensíveis ou bruscas, podemos falar na relação que caracteriza um corpo enquanto “poder de ser afetado”, como se poder e relação usufríssem de uma margem, de um limite, no qual se formam e se deformam” (DELEUZE, 1968, p.151) e onde a “potência de agir” é exatamente a forma do “poder ser afetado”. Como desenvolve Deleuze, nem mesmo podemos saber o que pode um corpo, nem mesmo sabemos de que afecções somos capazes ou não, nem até onde vai nossa potência, nem qual é essa potência de agir. Talvez nunca saibamos, enfatiza o autor, se não tentarmos nos tornar, de alguma maneira, ativos, nos atentando a essas forças que se afetam, afetam a si mesmas, nos atravessam e produzem outras dobras (DELEUZE, 1986). Dobras que, num campo de relações, dobram-se novamente operando subjetivações.

Pensar em experiências de subjetivação do espaço pelas engrenagens urbanísticas e arquiteturas, até em seus menores subconjuntos, tratados enquanto componentes maquínicos (GUATARRI, 2000, p.143) é também falar em produções da subjetividade e territórios existenciais da humanidade. Sobre esses territórios, questões do afeto e corporeidades compõem e povoam a paisagem vivida e o campo da pesquisa, que ao falar da temática das habitações, deseja falar também daquilo que habita essas habitações. O que

está submerso a elas e que pode trazer referências de outros planos do existir. (GUATARRI, 2000)

Enquanto um experimento, e com preocupações acerca da reflexividade, da criatividade e do cruzamento de perspectivas, este trabalho gostaria de se direcionar às pequenas multiplicidades da noção de território, que enquanto políticas menores, descentralizadas das discussões de moradia no campo institucional, alimentam a condição de transformação social e também da Antropologia e suas anaformoses discursivas (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Enquanto trabalho etnográfico, a força motriz concentra-se exatamente nas articulações que se podem encontrar e que podem torcer os pontos de referência tradicionais, onde a intenção é fazer o sentido inverso, olhando para as proposições do *PMCMV* via construções dos sujeitos em circulação, máquinas desejantes (LAPOUJADE, p.157) entre as múltiplas formas de existência. Esse caminho concebe o sujeito enquanto centralidade da abordagem antropológica (MALUF, 2013), voltado a noções de agência (OTNER, 2006) e as fissuras, deslizamentos e desmontes possíveis ao contexto (DÍAZ-BENITEZ, 2015). De encontro, é uma fala das estruturas de assujeitamento em governo, mas tendo em vista as conversas que o corpo (LATOURET, 2004) pode produzir e as formas como ele pode ser envolvido nos relatos daquilo que se faz: seus territórios.

Certeau (2012) concebe a casa (e o bairro) enquanto um espaço onde se insinua alguma particularização a partir dos usos cotidianos estabelecidos, um domínio onde a relação espaço/tempo pode ser “mais favorável” ao usuário à medida que ele ocupa e se vincula a ela, e que permeia o quadro da constituição de uma relação de si para consigo (FOUCAULT, 2010c). Sobre esse lugar “exclusivo”, descreve itinerários de usos e apropriações que o tornam um lugar de proteção contra a pressão do social sobre o individual. Uma região onde pode ser descartado e filtrado o plural de estímulos; um lugar de redução das renúncias e um refúgio à uniformização das cidades e suas obrigatoriedades (CERTEAU, 2012, p.205).

Sobre esse território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das “artes de fazer”, que para Certeau (2012) é antes de tudo doméstico e por definição, não poderia ser o lugar de outrem, interrogo o

que envolve os “gestos indispensáveis aos ritmos do agir cotidiano” (CERTEAU, 2012) quando ele faz parte de um programa de tutela institucional. Dado o impacto do programa, em que medida é possível “se recompor” (Guatarri, 2000) em sua singularidade individual e coletiva? Se não na casa, também tutelada, que outras dimensões de território é possível vivenciar?

Como elementos de uma cartografia, busca-se por espaços construídos nos interpelos dos diferentes pontos de vista (histórico, funcional, afetivo, econômico, político, estruturais) e dos modelos de encarceramento da vida. Para além do que trituram, onde sobrevivem esses território outros, ou exílios íntimos? O que pode se tornar a vida nesses conglomerados urbanos? Onde moram, nessas habitações, o âmbito das criações? Onde é possível se distanciar, se refugiar? Necessita-se de refúgio?

O território é primeiramente a distância crítica entre dois seres de mesma espécie: marcar suas distâncias. O que é meu é primeiramente minha distância. Não possuo senão distâncias. Não quero que me toquem, vou grunhir se entrarem em meu território, coloco placas. A distância crítica é uma relação que decorre das matérias de expressão. Trata-se de manter à distância as forças do caos que batem à porta. (DELEUZE, p. 127, 1997)

Considerações Provisórias

Um corpo não se define pela forma que o determina, nem como uma substância ou sujeito determinados, nem pelos órgãos que possui ou pelas funções que exerce. No plano de consistência, um corpo se define somente por uma longitude e uma latitude: isto é, pelo conjunto dos elementos materiais que lhe pertencem sob tais relações de movimento e de repouso, de velocidade e de lentidão (longitude); pelo conjunto dos afectos intensivos de que ele é capaz sob tal poder ou grau de potência (latitude). Somente afectos e movimentos locais, velocidades diferenciais. (DELEUZE, p.47, 1999)

Se nesse artigo necessito concluir alguma coisa sobre meu projeto de pesquisa até agora, é que eu já comecei errando. E sobre esses erros, acredito que eles tenham muito a ver com essas estabilizações que nos acostumamos a carregar conceitualmente, reproduzindo estigmas e lugares comuns no momento de conceber o universo que envolve as coisas que escolhemos estudar.

Escolhi realizar a pesquisa nos *residenciais Parque das Araucárias*⁸ e *Residencial Novo Horizonte*⁹ localizados na cidade de Poços de Caldas, de 180 mil habitantes ao sul de Minas Gerais. Entregue às famílias beneficiárias em 2011, meu primeiro equívoco concentrou-se na localização dos condomínios, que apesar de parecer simples, revelou umas dessas clássicas associações entre moradias populares, o perfil dos beneficiários e a ocupação das regiões da cidade. Nesse sentido, desde o começo, me direcionei para a região sul, zona periférica da cidade onde se concentram outros projetos sociais e condomínios populares, de iniciativa municipal e estadual, como a COHAB, entre outros. Depois do envolvimento em trabalhos, reuniões de moradores, associações e conversas com representantes institucionais voltados a questões raciais, de desigualdade e inclusão social observei que os condomínios escolhidos por mim não ocupavam essa região da cidade. Ainda que surgissem nas conversas com assistentes sociais da prefeitura em visitas à região, essa óbvia associação entre a história da zona sul na cidade e sua relação com as moradias de interesse social se desmontou no momento em

⁸ <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1858878/parque-das-araucarias>
<http://www.bmengenharria.com.br/obra.php?id=49> Acessado em Maio de 2016.

⁹ http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup_box.asp?codigo=6611137 Acessado em Maio de 2016.

que passei uma manhã buscando a localização dos condomínios, e que diferente de todos os outros - e do que se esperava - estavam localizados no outro lado da cidade, na zona leste, em um terreno isolado e distante de todos os outros projetos.

Nesse primeiro equívoco, fui convidada a perceber como essas associações se concretizam no imaginário que construímos das cidades e que nos permitem consolidar lugares sobre as formas de habitação como, por exemplo, cogitar em todo período de elaboração do projeto que os condomínios escolhidos não poderiam estar localizados em outro lugar que não fosse a zona sul. Ao me dar conta do erro de associações, percebo o quão distante me localizo em relação às pessoas que escolhi acompanhar nessa pesquisa e essa percepção amplia a sequência de desconfortos instaurados, principalmente no sentido em que preciso escolher um caminho para construir uma relação com as moradoras e moradores dos condomínios para dar seguimento a pesquisa.

Via instituição, pela assistência social, pela equipe de psicólogos, de técnicos ou diretamente com os moradores, essas interações incertas atravessam meus passos assim como os meninos que empinam pipa e estranham minha aproximação dos residenciais. Sem conseguir escolher, e receosa sobre os desdobramentos desses passos, como primeira opção interfono ao síndico e simplesmente entro. Os ciganos que ocupam os arredores do terreno me olham e alguns homens no interior do residencial aguardam estrategicamente localizados para venda de substâncias ilícitas. Entre todas as opções, me apresento ao síndico como Gabriela e rapidamente digo que vou visitar a Vilma dos bolos, a mulher do anúncio colado na recepção que diz: *venda de bolos e roupas no brechó*.

Sobre essa entrada, repenso o desconforto desse lugar de examinar e ser examinado. Relembro Wagner (1975), os choques culturais e o ser forasteiro. A sensação de inadequação se amplia e só se alivia quando penso que este impacto de estar ali é o mesmo que eles produzem sobre mim. Efeitos do afeto. Retomo o “lugar de pesquisador”, menos a hierarquia sujeito-objeto. Lembro-me das relações localizadas e as conciliações que podemos construir.

O potencial das relações e o de se relacionar. Penso na política de localização epistemológica (Braidotti, 2000), geográfica, *afetiva* e então, sobre a centralidade do Estado, seu discurso e outros territórios existenciais, visualizo o novo desafio de me localizar entre o que não está ali e também o que já habita. São novos povoamentos?

Referências Bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BRAIDOTTI, Rosi. Sujetos nómades, corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea. Barcelona: Paidós, 2000.
- BUTLER, Judith. Mecanismos psíquicos del poder. Teorías sobre la sujeción. 1997.
- BUTLER, Judith. Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- CERTEAU, Michel de. "A invenção do Cotidiano: 2 morar, cozinhar". M. Certeau, L. Giard, P. Mayol. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles. Spinoza et le problème de l'expression. Paris, Minuit, 1968. (Tradução de Luis Orlandi)
- DELEUZE, Gilles. La Subjetivación: curso sobre Foucault III. 1 a Ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Cactus, 2015 (1986)
- DELEUZE, Gilles. Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia. Vol.4. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Ed.34, 1997.
- DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O espetáculo da humilhação, fissuras e limites da sexualidade. Revista MANA 21(1), 2015.
- DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos V. Ética, Sexualidade e Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População: Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Histórias da violência das prisões. 37.ed. Petrópolis:RJ. Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. A coragem da verdade: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: SP: WMF Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Trad. Eduardo Jarsim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: NAU, 2013.
- FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade III: o cuidado de si. São Paul: Paz e Terra, 2014, [1985].
- GUATTARI, Félix. Caosmose. Um novo paradigma estético. São Paulo: 34, 1992.
- GOLDMAN, Marcio. Os Tambores do Antropólogo: Antropologia Pós-Social e Etnografia. São Paulo: Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Ano 2, versão 3, 2008.
- KASPER, Christian Pierre. Habitar a rua. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2006.
- LATOURET, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre ciência. (Versão original foi publicada numa edição especial da revista Body and Society, vol. 10 (2/3). 2004 [1999].
- LAPOUJADE, David. Deleuze. Os movimentos aberrantes. São Paulo: Editora n -1, 2015.

- LAZZARATO, Maurizio. Paris: Éditions Amsterdam, 2011
- LEENHARDT, Maurice. Do kamo. La persona y el mito en el mundo melanesio. Argentina, Buenos Aires: Paidós, 1997.
- LEIRNER, Piero. "A formação do Estado numa perspectiva antropológica", nº 32. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2003.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Gestar e Gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
- MALUF, Sônia. Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação. Curitiba: Revista Campos/ UFPR, 2013.
- MALUF, Sônia. Além do templo e do texto: desafios e dilemas dos estudos de religião no Brasil. Florianópolis: Antropologia em Primeira Mão/ UFSC, 2011.
- MARICATO, Erminia. O Impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MERLEAU-PONTY. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- ORTNER, Sherry B. Ortner. Conferências de Sherry Ortner. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006.
- NEGRE, Antonio. Hardt, Michael. Declaração – Isto não é um manifesto. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: N – 1 edições, 2016.
- PEIRANO, Mariza. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. RJ: Jorge Zahar, 2006.
- SENNETT, Richard. Carne e a pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 2008
- SENNETT, Richard. Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual. Petrópolis: Record, 2004.
- SCOTT, Joan. Experiência. In_ Falas de gênero. Teorias, análises, leituras. Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade da Melanésia. Campinas: UNICAMP, 2006
- STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas Canibais. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- WAGNER, Roy. A Invenção da Cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].

